

Notícias de Guimarães

Ano 18.º N.º 905
 GUIMARÃES, 5 de Junho de 1949
 Red. e Adm., R. da Rainha, 56-A. Tel. 4313
 Comp. e Imp., Minerva Vimaranesa. Tel. 4177
 Visado pela Censura. Avença

Director, editor e proprietário — ANTONINO DIAS PINTO DE CASTRO

A PENHA

Bradar no deserto? Parece que sim. Mas o nosso dever é continuar, é persistir, é não desanimar. Não desanimaremos. A destruição continua, cada vez mais intensa, mais assoladora, com todo o aspecto de acintosa, de rancorosa; mas nós continuaremos também, enquanto nos não partirem a pena com que escrevemos; e não partirá, porque ela é de aço. Sentimos que embarcamos um negócio, porque já fomos informados de que isto de penedos na época actual é uma esplêndida especulação que rende a muita gente; temos pena, porque a todos desejamos prosperidade; mas a Penha, acima de tudo, mesmo do interesse material de quem possa enriquecer ou melhorar o seu património à custa da mutilação e destruição de um dos mais soberbos conjuntos de extraordinária beleza que é o mais legítimo orgulho desta nossa terra — a Penha!

No suplemento ao n.º 199 do Diário das Sessões da Assembleia Nacional, ultimamente recebido, lê-se o texto do Decreto sobre protecção e conservação dos valores monumentais dos concelhos, que dentro de poucos dias será lei, se o não for já na altura em que estas nossas considerações forem publicadas.

Diz a base 1.ª desse decreto da Assembleia Nacional:

«As câmaras municipais devem promover a classificação como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos.»

Se as entidades competentes os não classificarem como tais, poderão as câmaras promover junto das mesmas entidades, a sua classificação como valores concelhios.»

Demonstrámos no último artigo em que tratámos deste assunto, que havia leis que obrigavam a Junta de Turismo, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e, embora mais vagamente a Câmara Municipal, a impedir a destruição criminosa a que, com o mais flagrante desprezo do interesse público, se está, como nunca, procedendo, sob a presumível protecção amiga daqueles cujo dever era ter providenciado a tempo e a protestar, antes de nós e com maior veemência, se as suas diligências não dessem resultado.

Havia lei que lhes facultava, mais, que lhes ordenava, o cumprimento dessa obrigação; pois, quase no mesmo momento em que transcrevíamos aqui essas disposições legais, uma outra lei se discutia e aprovava, dando maiores facilidades ainda para a defesa dos valores artísticos, arqueológicos ou paisagísticos dos concelhos, tão grande é considerado pelos poderes da Nação o interesse de defender a Beleza, a Arte e a Ciência histórica.

Pela base acima transcrita a Câmara Municipal deste concelho passa a ter também o dever de promover a classificação do monte da Penha como valor paisagístico nacional e, se não for atendida, como valor concelhio, o que, praticamente, é a mesma coisa. Mas compete-lhe mais ainda. Base II do mesmo decreto:

«Incumbe às câmaras municipais,

ainda que não tenham tomado a iniciativa da classificação, auxiliar o Estado na protecção e vigilância dos elementos ou conjuntos referidos na base anterior, informando o Ministério da Educação Nacional de qual quer risco que possa correr a integridade dos mesmos e tudo o mais que lhes parecer conveniente para esse objectivo.»

E', pois, mais que evidente interessar-se o Estado pela conservação não só dos valores, obra dos homens, como também dos que são produto da Natureza.

Na discussão do projecto que se tornou em decreto da Assembleia Nacional e amanhã será Lei do país, disse um dos

facto da destruição da penedia da Penha não seja mais do que mera caturrice de quem sinte prazer em criticar, mesmo sem razão ou base.

Se temos ou não razão, que o julgue quem tenha sensibilidade e amor pela nossa terra e por tudo quanto é belo, seja da Natureza, seja da Arte.

Não inventamos, não fantasmamos; apelamos para todos, já mais do que uma vez, pedindo que vão ver, indicando os sítios mais cómodos para observarem, a destruição odiosa que continua em marcha,



deputados que nela tomaram parte:

«Não é só de respeitar o monumento que atesta um passado heróico..... mas é-o também..... a composição paisagística com que a Natureza, pródiga em realizar beleza, dotou cada canto da nossa terra, e tudo, e tudo o mais que a nossa sensibilidade vai marcando, com os olhos deliciaos e cobiçosos de tanta coisa bela.»

Em resumo, o que se pretende é proteger tudo que tenha interesse local, tudo o que tornou as nossas cidades, vilas e aldeias cheias de carácter e que o vandalismo, o mau gosto e a indiferença de muitos teimam em fazer desaparecer ou inutilizar numa orientação de primários.

E' preciso notar-se que o que é regulado no projecto de lei não é mais do que já consagrado por muitos municípios do País, que já o têm legislado para seu uso próprio nos respectivos concelhos: é tornar em lei geral o que é já em muita parte lei local.»

Na mesma discussão tomou parte o deputado, nosso ilustre e prestimoso conterrâneo, Dr. João Antunes, que falou no mesmo sentido e não com menor eloquência e calor, referindo-se ao Decreto 20.985, de 7 de Março de 1932, em que já «se regula o inventário dos móveis artísticos e outros valores, incluindo os monumentos megalíticos, grutas, castros e rochedos fisio-nómicos, e se cria a vaslíssima categoria de imóveis de interesse público».

Fazemos estas transcrições, com pena de termos, para poupar espaço, de as reduzir ao mínimo, porque é possível que da parte de muita gente, tão atrasada está ainda a educação geral, haja a impressão de que a nossa indignação pelo

cada vez com mais afinco e frenesi.

Tiramos algumas fotografias do monte, na esperança de que por elas pudessem fazer uma ideia do vandalismo que vituperamos aqueles que não tenham tido oportunidade para irem ao local certificar-se de que não exageramos.

Não nos foi possível, pelo acidentado do terreno, pelo arvoredo, pela vastidão do conjunto e pela exiguidade da nossa técnica, obter o que desejávamos: provas que, além das pedreiras, abrangessem uma extensão suficiente da Penha para se apreciar da localização dos penedos destruídos e consequente prejuizo irremediável para a estética do monte. Tais como nos saíram, oferecemo-las a este jornal, com o pedido de as conservar à disposição de quem as queira examinar: e limitamo-nos a documentar este artigo com duas delas que, tiradas de mais perto, dão a impressão nítida do ardor da destruição sem, todavia, o que lamentamos, darem também a ideia exacta do local da Penha que representam.

Hoje, já a devastação é maior, mais vasta e mais intensa ainda a destruição que prossegue, numa raiva de ganância que a tudo sobreleva.

E não nos consta que até agora aqueles que têm por dever intervir, embargando imediatamente o dinamitar dos penedos, tenham lido e compreendido o que neste jornal sobre o assunto se tem publi-

Loucura

... E respondeu-me o mar, o monstro, trovejante,
 Erguendo ao céu a juba e sacudindo-a irado:
 — Neste arcoíris eu tenho um coração amante
 Que sempre amou alguém e nunca foi amado...

Eu amo a terra ingrata, a terra deslumbrante,
 E quisera fazer com ela o meu noivado...
 Dar-lhe o beijo maior, ardente e perturbante,
 Maior que o Beijo-Sacro ao universo dado...

Eu quisera abraçar a terra prometida,
 Mas num abraço doido, imenso, esmagador,
 Capaz de me estalar o peito em sensação...

Quisera a minha vida unida à sua vida,
 Quisera o meu amor no seu mais quente amor,
 Dos nossos corações fazer um coração... —

Junho de 1949.

DELFINO DE GUIMARÃES.

Albano de Sousa Guise

O Governo da República Portuguesa, acaba de conceder, ao nosso querido Conterrâneo e Amigo, Sr. Albano de Sousa Guise, o grau de Comendador da Ordem de Benemerência,



como prova de reconhecimento pelo muito bem que tem sabido espalhar pelos pobres e pelas Instituições de Assistência não só de Guimarães mas também de outras Terras de Portugal.

As respectivas insignias vão ser oferecidas àquele benemérito vimaranesense pela Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, que desse modo, deseja saldar, também, uma dívida de gratidão que de há muito contraiu com o grande e devotado Amigo da Penha, devendo efectuar-se, em data oportuna, a sua respectiva aposição.

Regoziamo-nos, deveras, em transmitir aos nossos estimados leitores e dum modo especial aos vimaranesenses que têm pelo Sr. Albano de Sousa Guise aquela grande admiração que sempre devem merecer os Homens Bons, a notícia de o Governo da Nação haver premiado com uma tão alta distinção toda a sua já vasta obra benemerente — obra que de há muito impõe o nome do Sr. Albano de Sousa Guise à estima, ao respeito e à admiração de todos nós.

Abraçamo-lo, felicitando-o sinceramente por tão honrosa qualificação merecida prova de reconhecimento.

Presidente da Câmara

A tratar de assuntos de interesse para o concelho, partiu para Lisboa o ilustre Presidente da Câmara Municipal, Sr. João M. Rodrigues Martins da Costa (Aldão).

Aniversários jornalísticos

Passaram na dia 2 do corrente os aniversários da fundação dos nossos brilhantes colegas Jornal de Notícias e O Comércio do Porto, sendo motivo para que saudemos todos quantos neles trabalham, dum maneira especial os seus Directores, os Srs. M. Pacheco Miranda e F. Seara Cardoso.

Com as nossas efusivas saudações vão, pois, os desejos de muitas prosperidades.

Uma Conferência Festas da Cidade

do Ilustre publicista A. L. DE CARVALHO

no Grémio do Comércio

O distinto publicista e nosso querido Conterrâneo e ilustre Colaborador do nosso jornal, Sr. A. L. de Carvalho, vai realizar, no próximo dia 8 e no salão nobre do Grémio do Comércio de Guimarães, a convite da Direcção daquele Organismo, uma conferência, subordinada ao sugestivo tema:

«Paisagem Histórica de Guimarães e a nomenclatura antiga das suas ruas».

Há justificado interesse em ouvir o distinto conferencista, que uma vez mais nos deliciará com novo trabalho.

HOMENAGEM

ao Sr. Dr.

Augusto Cunha

As Juntas de Freguesia do nosso concelho resolveram homenagear o Sr. Dr. Augusto Ferreira da Cunha como prova de reconhecimento pelos benefícios com que procurou dotar as referidas freguesias, durante o tempo que esteve à frente do Município da nossa Terra.

A S. Ex.ª será oferecido um jantar, no dia 26 do corrente, no HOTEL DAS TERMAS, das Taipas, sendo já elevado o número de pessoas inscritas para essa homenagem.

Segunda Audição dos DISCÍPULOS

de Eurico Tomaz de Lima

No dia 8 de Junho, realizar-se-á, no Salão de Festas do Teatro Jordão, a 2.ª Audição de alguns discípulos de Eurico Tomaz de Lima, do Curso de Guimarães.

Tomam parte, as «Meadmoiselles» Maria Helena de Aguiar Mendes Ribeiro (de 9 anos de idade), Maria de Jesus Rodrigues Laranjeiro (10 anos), Maria Manuela de Aguiar Mendes Ribeiro (11 anos), Maria Ana e Maria Felicidade Viamonte Figueira de Sousa, Maria Blandina Salgado Abreu e Miguel José Martins Braga Costa.

Consta-nos que partem em breve para a capital a fim de junto dos altos poderes advogarem, com todo o interesse, a causa da criação de uma Creche-Lactário e da construção do Campo de Jogos, duas comissões de dedicados vimaraneses.

Oxalá que se confirme a notícia e que aquelas comissões ao regressarem possam trazer consigo a certeza de que tal apelo mereceu inteira concordância das entidades a quem terá de ser dirigido em nome da Cidade.

Todos continuam mudos e quetos. Só a Penha é que vai voando a dinamite pelos ares. Até quando?...

O Circo Luftman em Guimarães

Encontra-se nesta cidade, instalado na Parada dos Bombeiros, onde realizará alguns espectáculos, durante apenas poucos dias, o Circo Luftman, de que fazem parte numerosos artistas, alguns de fama internacional e que têm causado verdadeiro sucesso por toda a parte onde têm feito exhibir-se.

Trata-se da mais completa Companhia de Circo que nos tem visitado nos últimos anos, pelo que é de esperar que o público corresponda, como sempre, aos esforços da Empresa.

Aspirações de Guimarães

Consta-nos que partem em breve para a capital a fim de junto dos altos poderes advogarem, com todo o interesse, a causa da criação de uma Creche-Lactário e da construção do Campo de Jogos, duas comissões de dedicados vimaraneses.

Atenção à 4.ª página

